

# A Instituição Castrense: Estrutura e Função numa Sociedade em Mudança

Capitão  
David Manuel Pascoal Rosado



*“Se se quiser fazer grandes coisas, é indispensável colocar-se no meio dos homens e não acima deles.”*

Montesquieu

Duas palavras-chave no vocabulário dos Sociólogos são “estrutura” e “função”. Sabemos que *estrutura* (ou “sistema”, não distinguiremos agora os termos), diz respeito a uma entidade composta por partes mutuamente dependentes. Com efeito, tudo o que acontece numa sociedade está, directa ou indirectamente, relacionado com o ambiente envolvente. Assim, a *função* de cada parte da sociedade, tal como reza a definição, é manter o todo. E se manter é conservar em equilíbrio, então isto significa dependência mútua.

Existem aqui diversas perspectivas que se podem utilizar como estratégia para uma melhor abordagem ao conceito de função, mas importa-nos sobretudo ressaltar o seguinte: a *função latente* de uma instituição pode não coincidir com a sua *função manifesta*, mas é possível que constatemos que uma determinada função latente pode bem ser manifesta para algumas pessoas.

Como consequência desta realidade, a noção de *equilíbrio* e o problema da *mudança* colocam-nos aqui algumas preocupações. Lembremos que *equilíbrio social*, sendo uma metáfora mecânica (particularmente querida ao sociólogo Vilfredo Pareto, talvez por ter sido engenheiro), é um termo que também se presta a rectificação, na medida em que pode ser criticado por ser demasiado estático. Neste contexto, Leach referiu que “*as sociedades reais nunca podem estar em equilíbrio*”.

Recordando Pareto, podemos afirmar que ele não via as sociedades em termos de um equilíbrio perfeito ou estático, mas sim em termos de um equilíbrio dinâmico, definido como “*um estado que se é sujeito a qualquer alteração artificial (...) gera imediatamente*

*uma reacção no sentido de voltar ao estado real, normal*". Importa então sublinharmos que equilíbrio jamais poderá ser confundido com ausência de perturbação, com paz, mas apenas com manutenção da estrutura social.

O conceito de *função* pode ser um instrumento útil nas ferramentas dos militares, desde que não seja deformado por um uso indiscriminado. É verdade que traz consigo algumas tentações no sentido de negligenciar a mudança social, os conflitos sociais e as motivações individuais, mas todas essas tentações podem ser evitadas. Se o funcionalismo defende que a sociedade é um sistema complexo cujas partes se conjugam para garantir estabilidade e solidariedade, então, estudar a função de uma instituição ou prática social, é analisar a contribuição dessa instituição ou prática para a continuidade da sociedade.

Neste domínio, Comte e Durkheim usaram muitas vezes uma *analogia orgânica* para comparar a actividade da sociedade com a de um organismo vivo. Defendiam que, à imagem dos vários componentes do corpo humano, as partes da sociedade conjugavam-se em benefício da sociedade enquanto um todo. Refira-se também que o funcionalismo enfatiza a importância do consenso moral na manutenção da ordem e da estabilidade na sociedade.

Nos últimos anos, a popularidade do pensamento funcionalista começou a decrescer, à medida que as suas limitações vieram ao de cima. Uma crítica feita recorrentemente ao funcionalismo é a de que este realça excessivamente o papel de factores que conduzem à coesão social, em detrimento de factores que produzem conflito e divisão. A ênfase na estabilidade e na ordem significa que as divisões ou as desigualdades - com base em factores como a classe social, a raça ou o género - são minimizadas.

Na verdade, tal como os funcionalistas, os sociólogos que adoptaram as teorias do conflito sublinharam a importância das estruturas na sociedade. Na perspectiva do conflito, tende-se a ver a sociedade como algo que é composto por diferentes grupos que lutam pelos seus próprios interesses. A existência desta diferença de interesses significa que o potencial para o conflito está sempre presente e que determinados grupos irão tirar mais benefício do que outros.

E é aqui que importa recordar o papel social dos militares, porque os militares são os primeiros servidores da Nação. Com efeito, o seu serviço tudo lhes exige: inteligência, vontade, força física, saúde, disponibilidade, disciplina, subordinação, abnegação, heroísmo e, se necessário, o sacrifício da própria vida. Sem surpresa, percebemos que todas estas vertentes se assumem como fulcrais, se atendermos à evidente realidade de que o fim específico da existência das Forças Armadas é a *defesa da Pátria*.

Sabendo que o funcionalismo e a perspectiva do conflito colocam a tónica nas estruturas que sustentam a sociedade e influenciam o comportamento humano, importa agora referir que as teorias da acção social dão uma atenção muito maior ao papel desempenhado pela acção e pela interacção dos membros da sociedade na formação dessas estruturas (Weber é frequentemente apontado como um dos primeiros defensores das perspectivas da acção social). No que concerne especificamente à Instituição

Castrense, aqueles que escolhem a profissão militar, sabem que essa consiste numa autêntica consagração ao bem público, numa entrega total e na renúncia voluntária aos comodismos, sendo que pressupõe uma vocação específica de serviço nacional na procura incessante de um ideal sublime.

Assim, como quaisquer outros profissionais, os militares têm deveres e direitos, obrigações e regalias. Um antigo Professor da Academia Militar, Joaquim Cupertino, ensinava que: *“O militar vive em sociedade: no quartel e fora dele. O mundo não é de um homem só, mas de todos. Reclamamos liberdade, os outros também têm direito a ela: é no respeito e na tolerância mútua que a colectividade pode conviver pacificamente.”* Logo, pensar na estrutura e função de uma instituição, pensando nos seus actores sociais, não pode deixar de parte aquilo que é o *fenómeno moral* dos mesmos. Tratando-se do estado mental, emotivo, afectivo ou a tonalidade psíquica de alguém, este pode manifestar-se por atitudes, e essas, em diversos graus. Incluem-se nas últimas, o zelo, a disciplina, a satisfação e a confiança em si e nos seus pares.

Moskos escreveu que *“Ao tratar o tema militar, a compreensão sociológica deve desvincular o enfoque ideológico e político e tender, mediante a análise científica, a revelar o verdadeiro papel das Forças Armadas no processo de mudança que caracteriza a sociedade contemporânea”*. Esta afirmação parece-nos particularmente importante, especialmente se atendermos ao facto de que *“A dignidade militar não pode deixar de ter por base a dignidade humana”*, como Ramalho Ortigão referiu.

Os conceitos de estrutura e função, ou da própria analogia orgânica, também podem ajudar a interpretar o que Napoleão quis dizer quando afirmou que *“Não há povo mau para um bom governo, como não há exércitos maus quando os chefes são bons”*. Como sabemos, consistindo a arte de comandar em conduzir Homens e em convencê-los a realizar um trabalho de conjunto eficiente (de modo a que se consiga o objectivo visado), nos vários domínios sociais, os verdadeiros líderes são então aqueles que vivem o desafio de comandar no sentido pleno do termo, porque unificam e orientam os seus subordinados.

Saudade Baltazar lembra-nos que *“O contexto de mudança generalizada que caracteriza a sociedade contemporânea tem reflexos directos na instituição militar”*. Os actores sociais que compõem assim esta instituição, têm o dever de reflectir sobre a sua função, como parte integrante de um todo mais abrangente, fazendo face a estes novos desafios da globalização com os interesses sociais subjacentes. Nas palavras do Padre António Vieira, *“Melhor é perder o ofício e a vida, que reter o ofício e perder a consciência”*, ao que diria Oliveira Salazar que *“a força (a força militar) não comporta conciliábulos nem combinações secretas; ela bate-se de frente, é desleal atacá-la de costas”*.

A responsabilidade destes actores sociais é muito significativa, porque se é verdade que *“Nunca conseguiremos ser os donos da nossa própria história”*, é contudo *“obrigatório que encontremos os meios, e temos capacidade para isso, de colocar este nosso mundo ‘desvairado’ no rumo certo”*, como faz questão de nos alertar Guidens. Assim, precisamos de pensar no modelo ou nas normas de comportamento ligados ao determinado *status* ou

posição na estrutura social a que pertencemos, que mais não é do que reflectirmos sobre aquilo que em Sociologia se designa por *papel social*.

Uma forma de definir um papel social é através daquilo que os outros esperam, não esquecendo, todavia, o facto de que várias pessoas podem ter expectativas contraditórias em relação ao mesmo papel social, provocando aquilo a que se pode designar de “tensão do papel” em quem ocupa essa posição. Aliás, um dado grupo social pode desempenhar papéis diferentes em períodos diferentes, assim como o papel social de um cargo pode não gerar num determinado momento as mesmas expectativas que geraria num outro momento do tempo.

Recordemos ainda que a indubitável ligação entre o papel profissional do militar e o papel da organização é evidente nos vários modelos formulados para ajudar a compreender as mudanças verificadas quer no conteúdo, quer no tipo de actividade militar dos dias de hoje. A capacidade técnica do militar profissional evoluiu. Mas vamos mais longe, de acordo com Perlmutter: *“Como administradores, os profissionais militares estão em íntima relação com o Estado-Nação Moderno, cuja orientação tecnológica é revolucionária tanto no que se refere à administração como à estratégia”*.

Há que ter consciência de que, em tudo, ocorre mudanças. Já o filósofo grego Heraclito afirmava que uma pessoa não pode atravessar o mesmo rio duas vezes: devido à corrente de água, o rio é diferente e a pessoa também apresenta mudanças, ainda que possam ser subtis. As transformações do sistema internacional influenciam o lugar, as missões e a postura das Forças Armadas no seio das sociedades. Desta forma, o processo de modernização da força militar ocorre, ao longo dos tempos, como uma necessidade que se lhe impõe, independentemente do espaço geográfico a que estão confinadas.

Generaliza-se a ideia de que umas Forças Armadas modernizadas, pensadas de acordo com uma perspectiva de conjunto e frequentemente combinado, dão primazia a um modelo de organização modular e flexível, com vista a actuarem em diversos cenários. Acresce também a este contexto, a realidade de efectivos que com uma melhor formação e profissionalismo possam evidenciar uma elevada capacidade para usufruir dos multiplicadores de forças decorrentes do uso das novas tecnologias.

Embora ainda longe de apresentarem a sua plena concretização para o caso português, estes são atributos que têm revelado aproximações afins, que tenderão a maximizar-se ou não, em consequência dos recursos e medidas implementadas. A estrutura e função revelam aqui a sua relevância, porque não é cómodo enfrentar a mudança, sendo precisa preparação pessoal e colectiva a vários níveis.

Se Gustave le Bon afirmou que *“a competência sem autoridade é tão ineficaz como a autoridade sem competência”*, há então que estimular novos tipos de relacionamento e novas formas de trabalho dentro das diversas componentes organizacionais das Forças Armadas. Por vezes, é bom recordar para melhor enfrentar o presente e o futuro, pelo que lembramos o que o General Beaufre disse uma vez na Escola Militar de Paris: *“se a disciplina deve ser estrita, o pensamento militar deve ser livre”*. Assim, na emergência desta sociedade em mudança, o desafio maior que cabe aos líderes é exactamente aquele

que Saint-Exupéry sublinhou, quando explanou que “*A grandeza de uma função está talvez, antes de tudo, em unir os Homens*”.

## **Bibliografia**

Baltazar, Maria da Saudade - ***As Forças Armadas Portuguesas. Desafios numa Sociedade em Mudança***, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2005.

Cupertino, Joaquim Luís - ***Deontologia Militar***, Lisboa, Academia Militar, 1985.

Giddens, Anthony - ***O Mundo na Era da Globalização***, Lisboa, Editorial Presença, 2000.

Huntington, Samuel P. - ***The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations***, Cambridge Mass., The Belknap Press of the Harvard University Press, 1998, [ed. original 1957].

Leach, E. - ***Political Systems of Highland Burma***, Londres, 1954.

Merton, R. - “Manifest and latent functions” in ***Social Theory and Social Structure***, Nova Iorque, 1968.

Pareto, Vilfredo - ***The Mind and Society***, Londres, 1935.

Perlmutter, Amos - ***Lo Militar e lo Politico en el Mundo Moderno***, trad. espanhola, Madrid, Ediciones Ejercito, 1982 [ed. original 1977].

Vieira, Gen. Belchior (revisão, compilação, adaptação e sistematização pelo TCOR Carlos Videira) - ***Liderança Militar***, Lisboa, Academia Militar/Estado-Maior do Exército, 2002.

\* Capitão de Administração Militar. Desempenha as funções de Chefe da Secção de Contabilidade e Prestação de Contas/RGFC/DSF. Mestre em Ciência Política - Cidadania e Governação, sendo actualmente doutorando em Sociologia na Universidade de Évora.